

**Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira:
mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e
intelectuais**

**Beatriz Nascimento and black female invisibility in Brazilian historiography:
mechanisms of annulment and silencing of academic and intellectual practices**

Maria Lídia de Godoy Pinn¹

Resumo: Neste artigo procuro identificar o processo de invisibilização acadêmica de Beatriz Nascimento no campo da historiografia Brasileira. Historiadora de ofício, foi também importante militante do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980. Intelectual negra e ativista, Beatriz foi considerada por seus pares historiadores 'não acadêmica'. O que significa 'não ser uma acadêmica'? Essa interrogação será nosso ponto de partida para tensionar alguns pressupostos próprios ao fazer historiográfico, como seus meios de legitimação acadêmica. Importantes, por um lado, pois estruturantes da definição da disciplina e a partir das quais a história se efetiva como produtora de conhecimento, por outro, indago, seriam também responsáveis por injustiças, como invisibilizar agentes de produção de conhecimento?

Palavras-chave: Beatriz Nascimento; Intelectuais Negras; Historiografia Brasileira

Abstract: In this article I seek to identify the process of academic invisibility of Beatriz Nascimento in Brazilian historiography. Professional historian, she was also an important Black Movement activist in the 1970s and 1980s. Black female intellectual and activist, Beatriz was considered a "non-academic" historian by her peers. What does 'not being an academic' mean? This questioning will be our starting point for the tensioning of some assumptions proper to historiography like its means of academic legitimation. These are important, on the one hand, because structuring the definition of the discipline and from which history becomes effective as manufacturer of knowledge but, on the other hand, I question, would it be also responsible for injustices such as making agents of knowledge production invisible?

keywords: Beatriz Nascimento; Black Female Intellectuals; Brazilian Historiography

Introdução como justificativa²

Sinto-me sempre escrevendo de mim, mas esse mim contém muitos outros, então escrevo de um coletivo sobre e para essa coletivização. Disto me vem um grande arder que às vezes paralisa a produção, sem a interlocução do outro. É um momento de

¹ Mestranda vinculada a linha: Ideia, Linguagens e Historiografia do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista CAPES. maria.gpinn@gmail.com

² Subtítulo utilizado por Beatriz Nascimento no texto "Por um território (Novo) Existencial e Físico, em manuscrito e sem data de publicação (NASCIMENTO, 2018, p. 415).

alteridade muito sólida, a solidão do Pantera Negra ou de Biko. (NASCIMENTO, 2018, p. 420)

Procuo neste artigo apresentar a trajetória intelectual e acadêmica da historiadora Maria Beatriz Nascimento a partir do processo de invisibilização pelo qual passou no ambiente acadêmico, sobretudo no campo da disciplina História. Beatriz Nascimento, assim como outras (os) autoras (es) negras (os) da sua geração, não foi considerada por seus pares uma autora acadêmica (RATTS, 2006, p. 30)³ e esta afirmativa será a direção para este trabalho. Intento, mesmo que de modo breve, evidenciar como a tradição historiográfica moderna ocidental em geral, e a brasileira em particular, acabou por promover a invisibilidade e o afastamento da população negra do fazer historiográfico. Seus meios de legitimação acadêmica, importantes, por um lado, pois estruturantes da definição da disciplina e a partir das quais a história se efetiva como produtora de conhecimento, seriam também responsáveis por injustiças, como invisibilizar agentes de produção de conhecimento?

Beatriz viveu parte de suas experiências intelectuais, pessoais e profissionais em meio à Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e a toda sua estrutura de repressão àqueles(as) que não concordavam com as práticas e posições políticas oficiais. Ainda assim, pode contribuir para a efervescência política, contracultural e ideológica daquele tortuoso período. Beatriz Nascimento é um nome expoente do movimento negro das décadas de setenta, oitenta e noventa, apesar da dissonância com o grupo em alguns momentos, e da corrente de intelectuais negros da segunda metade do século XX no Brasil, os quais através de uma ‘Produção Revisionária’⁴ procuraram reescrever e contestar a produção historiográfica brasileira (VINHAS, 2018, p. 287). Contudo, Beatriz foi pouco lida, raramente mencionada, dificilmente citada e/ou estudada no interior do campo que se dedica a pesquisar a “história da História”, como disciplina. Algo que não foge à regra quando relacionado a intelectuais negros e o ambiente acadêmico brasileiro em termos gerais.

Maria Beatriz Nascimento, mulher negra, nascida na cidade de Aracaju no ano de 1942, em Sergipe, migrou para o subúrbio do Rio de Janeiro com sua mãe, Rubina Pereira do Nascimento, seu pai, Francisco Xavier do Nascimento, e suas (seus) nove irmãs(ãos) no final

³ Alex Ratts, professor universitário, geógrafo, antropólogo, poeta e militante do movimento negro, foi um dos responsáveis por tornar a trazer Beatriz e suas produções a cena com a publicação do livro “Eu sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento.” em 2006, e este livro produzido por Ratts acaba por instigar, inspirar e possibilitar a feitura deste trabalho.

⁴ Denominação cunhada por Vinhas para se referir a uma fase própria de renovação epistemológica na produção do conhecimento brasileiro, nesta fase o autor inclui nomes como: “Abdias Nascimento [1914-2011], Guerreiro Ramos [1915-1982], Clóvis Moura [1925-2003], Eduardo de Oliveira e Oliveira [1924-1980], Lélia Gonzalez [1935-1994], Carlos Hasenbalg [1942-2014] e Beatriz Nascimento [1942-1995].” (VINHAS, 2018, p. 287)

do ano de 1949. Integravam um movimento de migração estimulada do nordeste para o sudeste brasileiro em meio ao processo crescente de industrialização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Pode-se dizer que Beatriz Nascimento possui formação acadêmica tardia, pois graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apenas aos 29 anos de idade. Junto com outras mulheres negras e ativistas do movimento negro, formaram diversos núcleos de estudos, dentre eles, o Grupo de Trabalhos André Rebouças (RATTS, 2006, p. 27).

Beatriz manteve-se na carreira acadêmica ingressando no curso de pós-graduação *Latu Sensu* em História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), concluindo-o em 1981. Ingressou no mestrado acadêmico nesta mesma instituição, porém não finalizou o curso. Nossa historiadora fala sobre o seu voluntário afastamento do ambiente acadêmico em uma de suas anotações pessoais. Justifica-o como uma reação crítica ao território acadêmico brasileiro. Em suas palavras: “A origem a essa rejeição também repousa numa negação ao pensamento racionalista ocidental (...), mesmo que me fascine, (...) por esse pensamento, rejeito-o como sendo o princípio de colonização” (NASCIMENTO, 2018, p. 416).

Henrique Cunha Júnior reforça o argumento de afastamento do ambiente acadêmico historiográfico de Beatriz Nascimento. Segundo ele, este foi devido “ao avanço das suas pesquisas para a época, esta foi muito combatida em 1973 e 1974 na Universidade de São Paulo (...) em função dos embates acadêmicos, além de desistir do mestrado, foi taxada de desequilibrada mental” (CUNHA JÚNIOR apud BARRETO, 2018, p. 35).

Após dez anos fora da universidade, em 1992 Beatriz retornou ao ambiente acadêmico para a feitura do curso de mestrado, não mais na área de História do Brasil, mas em Comunicação Social, na UFRJ, sob a orientação de Muniz Sodré (BARRETO, 2018, p. 29). Beatriz não concluiu o mestrado, pois em 1995 teve a sua vida ceifada pelo companheiro de sua amiga. De acordo com a matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* acerca de sua morte: “Ela havia se recusado a promover a reconciliação de Vianna com Áurea, sua amiga. Na frente de testemunhas, Vianna disparou cinco tiros na historiadora.” (Folha de S. Paulo, 1996). Muniz Sodré, seu orientador a época, escreveu sobre Beatriz e na última parte do texto diz: “Na vida pessoal, era às vezes sofrida, mas sempre lúdica e doce. Não a atemorizava o risco da verdade. Mas isto é temerário, quando se vive numa sociedade machista. Na morte, espera, e a sociedade lhe deve justiça.” (SODRÉ apud RATTS, 2006, p. 32).

Destarte, pensar a trajetória intelectual e acadêmica de Beatriz Nascimento é refletir também sobre o papel social da mulher negra numa sociedade racialmente cindida, é pensar num coletivo e para a coletivização. Assim como pensar a intelectualidade e o fazer acadêmico

da população negra no ocidente é pensar, também, sobre a branquitude⁵ nesses espaços e seus desdobramentos em tal campo. A interseccionalidade atravessa e constitui as estruturas de opressão de gênero, raça e classe presentes na academia, e a historiografia não foge a essa regra, bem como suas formas de representar a si mesma (como disciplina) em sua história. E é a partir dessa concepção historicamente constituída, segundo uma herança racista, eurocêntrica e escravista, que a mulher negra ocidental acaba por ser forjada enquanto um corpo sem mente, sendo esta uma representação que mesmo na contemporaneidade acaba por perpetuar o seu lugar na sociedade (hooks⁶, 1995, p. 469).

Assim sendo, ainda segundo hooks (1995, p. 470), a intelectualidade e os espaços acadêmicos são negados às mulheres negras desde suas infâncias, confinando-as em uma posição servil dentro da sociedade. Beatriz (2018 [1975], p. 82), ao abordar o problema da mulher negra brasileira, o caracteriza a partir das estruturas de dominação presente em suas vidas, as quais se mostram ainda relacionadas ao período colonial. Tais estruturas acabam por definir e perpetuar a mulher negra em determinadas posições sociais as quais se mostram próximas àquelas estabelecidas durante o período de escravização.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais as estruturas de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau nas indústrias de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismo que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade tem efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados. (NASCIMENTO, 2018[1975], p. 82)

Apesar da Beatriz Nascimento ter publicado originalmente este texto no ano de 1975,

⁵ “Minha hipótese é a de que um lado da racialidade, no caso a branca, conforma uma maneira de conceber o mundo. Isso não significa desconsiderar o quanto a estrutura da sociedade de classes é fundamental para reproduzir as desigualdades raciais ou ignorar o neoliberalismo como fenômeno que acentua discursos e práticas, que fortalecem e legitimam a estrutura das desigualdades raciais em nossa sociedade. A intenção é apenas focalizar, dentro de certas balizas, a dimensão da branquitude. Ser branco numa sociedade racializada, na qual a supremacia é branca, conforma uma visão de mundo muito diferente daquela que tem os que não são brancos. É oportuno salientar que branquitude é o reconhecimento que raça, como um jogo de valores, experiências vividas e identificações afetivas, define a sociedade. Já raça é uma condição de indivíduo e é a identidade que faz aparecer, mais que qualquer outra, a desigualdade humana” (BENTO, 2002, p. 48).

⁶ bell hooks é o pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins e por ela escrito em letras minúsculas, a grafia desta forma apresenta uma escolha epistêmica da autora. O nome escolhido pela autora é uma homenagem à sua tataravó Bell Blair Hooks.

em meio a uma violenta ditadura, ele ainda se mostra atual e vivo em nossa sociedade, pois mesmo na contemporaneidade democrática brasileira as mulheres negras seguem ocupando os postos de menor prestígio social no trabalho, na sociedade e na academia se comparadas aos homens brancos, mulheres brancas e aos homens negros (IPEA, 2013). Mesmo com o avanço das políticas de ações afirmativas na contemporaneidade, a população negra entre 18 e 24 anos apresentava, em 2015, 12,8% do número total de discentes em cursos de nível superior (IBGE, 2016). Apesar das mulheres negras apresentarem maior porcentagem em relação aos homens negros no acesso ao ensino superior, elas são as que apresentam os menores índices em relação à distribuição de bolsas de pesquisas e formação ao longo de sua graduação, mestrado, doutorado e ainda no acesso às bolsas de produtividade em pesquisas (CNPq, 2015).

A não presença das mulheres negras no ambiente acadêmico soma-se, ainda, à ausência de atenção à sua agência histórica nos eventos. Segundo Santos (2016, p. 15), a produção historiográfica acerca da História das Mulheres, campo desenvolvido no Brasil na década de 1970, fomentado sobretudo por epistemologias feministas inspiradas em teorias francesas e norte-americanas, tinha como objetivo romper com epistemologias androcêntricas, pautadas em métodos, fontes e periodizações que privilegiavam a agência de “grandes homens” sobre o tempo. Contudo, ainda segundo a autora (2016, p. 23-24), apesar da crítica frente ao androcentrismo da ciência moderna, os estudos feministas na América Latina não desconstruíram o eurocentrismo dos cânones científicos, o que acabou por privilegiar a voz e a experiência das mulheres brancas em detrimento das mulheres negras e indígenas. Ainda segundo Santos (2016 p. 25), mesmo na atualidade a categoria analítica gênero ainda se mostra vinculada a certa homogeneização a qual desconsidera as diferenças entre os mais diversos grupos de mulheres.

O próprio racismo epistêmico é uma das consequências diretas dessa tendência no campo dos estudos feministas, pois tanto a invisibilidade das mulheres negras enquanto protagonistas na história como o silenciamento da produção intelectual desenvolvida por estas mesmas mulheres implica na construção de uma análise distorcida e limitada sobre a experiência feminina no Brasil. (...) A utilização de uma perspectiva unidimensional, que só considera a realidade das mulheres brancas, legitimou a utilização de acervos, tipos de fontes e metodologias condizentes com os espaços sociais onde este grupo de mulheres foi inserido historicamente. Mas, outros grupos foram sociabilizados em ambientes diferentes. Assim, a própria divisão entre público e privado, enquanto espaços majoritariamente masculinos e femininos, respectivamente, não se adequa à experiência histórica das mulheres negras, o que demonstra a parcialidade de determinadas escolhas de pesquisa. (SANTOS, 2016, p. 25-26)

O espaço acadêmico foi e ainda é um território mantido e dominado majoritariamente por pessoas brancas, no qual a população negra encontra-se relegada a posições subalternas.

Uma estrutura racializada mantida por concepções e práticas racistas estruturantes não apenas no nível da “sociologia conhecimento”, mas igualmente da epistemologia⁷. Segundo Carvalho (2006, p. 92), há uma espécie de confinamento racial vivenciada entre os acadêmicos brasileiros, num levantamento realizado pelo autor entre os anos de 1999 a 2003, o número total dos professores das principais universidades brasileira era de 18.330 docentes brancos e 70 negros. No Censo de 2017 é possível observar uma certa transformação, ainda que exígua, neste cenário, 53,62% das (dos) professoras (es) do ensino superior se autodeclararam branca, 15,86% se autodeclararam negra, sendo 1,81% preta e 14,05% parda, 1,01% se autodeclaram amarelos e 29,39% não quiseram declarar cor ou raça.

Segundo Ratts (2006, p. 30), os intelectuais brancos, encastelados em sua branquitude, acabam por construir redes profissionais fechadas e cindidas racialmente, criando mecanismos e formas de legitimar suas redes acadêmicas citando-se mutuamente em suas produções, e validando com isso, não apenas seus trabalhos, mas também a si. Essa estrutura de manutenção de privilégios acaba por caracterizar e perfazer o esquecimento de intelectuais negras (os), ainda mais quando associado a recusa e/ou refutação de suas produções, prática também comum dessas redes.

Segundo Carneiro (2005, p. 97), o epistemicídio ultrapassa sua engenhosidade de anulação e desqualificação dos conhecimentos produzidos por populações subalternizadas, a autora o classifica como um mecanismo de produção constante de indigência cultural. Ainda segundo a autora, o epistemicídio empreendido à população negra no Brasil se estrutura a partir do não acesso à educação de qualidade, na desqualificação de sua capacidade intelectual, na negação desses sujeitos como produtores e portadores de conhecimento e ainda no comprometimento de sua autoestima, visto os ataques raciais sofridos constantemente por esses sujeitos, dentre outros.

Vinhas (2016, p. 54), em sua tese de doutorado, utiliza como mote para compreensão

⁷ “The Americans have such relations in their nature that they now should become no more perfect. The Negroes, however, are also no longer susceptible of any further civilizing; but they have instinct and discipline, which is lacking in the Americans. The Indians and Chinese appear now to be at a standstill in their perfection; for their history books show that they now know no more than they have known for a long time. On what, then, rests the achievement of the ultimate vocation of human nature? The general foundation is the civil constitution; the union of human beings into a whole, which serves to achieve the cultivation of all talents, and also for one person’s giving the other the freedom for that cultivation – through this it happens that the predisposition to talents is developed; through this the human being is elevated out of his animality. Here, however, one member already influences a perfection of the other, which the other can cultivate all the better. If human society becomes more perfect, then humanity will come along with it, until the civil constitution has attained to its greatest goal; then the highest development of the predispositions in humanity will also show itself. That humanity will someday achieve this goal, for this we have the greatest conjecture; for we find in ourselves an ideal to which we always take the effort to come nearer, but which we have still not now achieved; because we always reproach ourselves, this shows that we can become perfect, for were this not so, we could not accuse ourselves.” (Kant, 2013, p. 276).

do silenciamento da intelectualidade negra no país a trajetória de Beatriz Nascimento, desse modo, o autor parte do conceito de política do esquecimento, o qual se configura como uma prática social que acaba por promover o apagamento dessas (es) autoras (es) para as novas gerações, subvertendo a ordem científica em função da ordem social, promovendo, com isso, a manutenção das hierarquias forjadas pela dinâmica social.

Desse modo, tanto o epistemicídio como a política de invisibilização atuam numa estrutura epistêmica em que não há muito cuidado quanto à injustiça epistêmica. Configuram-se historicamente enquanto mecanismos de subalternização e invisibilização das práticas, tradições e produções epistemológicas não partilhadas pela visão de mundo eurocêntrica que orienta a epistemologia ocidental moderna. Essas estruturas na disciplina histórica estão intimamente relacionadas a partir de sua base fundante comum, ou seja, a tradição historiográfica moderna ocidental a fim de promover a manutenção do poder e a legitimação de um único grupo social, atribui a si a autoridade da fala e a produção de um único discurso legítimo.

Contudo, a mulher negra no ambiente acadêmico desempenha o seu papel como intelectual enquanto consciente da subalternidade e marginalidade impostas a ela neste espaço. Assume, segundo Collins, um *status* de *outsider within*⁸, o que acaba por influir num ponto de vista díspar e potente em relação à sociedade, família e o *self*. Com isso, ainda segundo Collins, a partir de uma das premissas do pensamento feminista negro ocidental pode-se dizer que “é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” (COLLINS, 2016, p. 101).

É importante ressaltar que a prática intelectual é compreendida aqui a partir de sua estreita relação de agência na sociedade, desse modo, intelectualidade e prática acadêmica não se caracterizam como sinônimos. hooks, na esteira de Terry Eagleton, depreende a prática intelectual, sobretudo, a partir de sua ação transgressora, ou seja, “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo” (hooks, 1995, p. 468).

Na contemporaneidade com a entrada de novos sujeitos nas universidades, fomentado sobretudo pela política de cotas raciais, e ainda pela lei 10.639/03 — posteriormente alterada para a lei 11.645/09 que prevê a obrigatoriedade do ensino de história africana, afro-brasileira e indígena —, este cenário vem sendo modificado. Ainda que a passos lentos, as mulheres negras e os homens negros antes invisibilizados e silenciados nesse ambiente retornam à cena,

⁸ Algo como forasteira de dentro.

promovendo e fomentando com isso uma pluralidade de sujeitos, histórias e epistemologias. Entretanto, essas pesquisas e as(os) novas(os) pesquisadoras(es) ainda sofrem os impactos da branquitude inerente ao espaço acadêmico e na própria definição da disciplina.

A História é o campo dos vencedores?⁹

Se algum intelectual branco estiver interessado em saber, nós só podemos ser compreendidos na medida em que ele perca o complexo de inferioridade que ele sente em relação à Europa ou aos Estados Unidos (para não dizer que o brasileiro tem complexo em relação a todo mundo; uma das suas maiores aspirações é ser estrangeiro, e de língua francesa) e nos encare como nós somos, isto é, aceite-se como, tendo se misturado conosco, tendo usufruído todos os nossos bens, aceite-se ser parte de nós, ter sido alimentado, amado e se defendido por nós, aceite ter negado na prática de sua moral, sua religião, sua cultura dormindo conosco na cama, amamentado por nossas mulheres, defendido e instruído por nossos homens. Aceite-se sem culpa, sem preconceito. Aceite-se tão miserável quanto seus escravos, tão famintos quanto eles, tão “incultos” quanto eles (ou mais), talvez assim alguma coisa de nós possa ser útil para a compreensão de sua sociedade em crise. (NASCIMENTO, 2018[1974], p. 53)

A história enquanto disciplina se fundamenta sobretudo a partir de metodologias, teorias, conceitos e estruturas constituídos e mantidos por uma política do conhecimento amparada por uma estrutura de legitimação epistêmica e rigor científico que se pretende universal, mas que foi sistematizada e construída a partir de uma cosmovisão localizada e específica. Mesmo com os esforços e críticas desenvolvidos no interior da disciplina, *grosso modo*, a produção do conhecimento histórico ainda se mantém atada aos avatares de um ideal de civilização “branca, masculina e eurocêntrica”. Segundo Seth (2013, p. 175) a escrita da história deve ser compreendida enquanto um código cultural e, assim sendo, ela se mostra incapaz de codificar passados não-ocidentais, visto sua estruturação epistêmica tipicamente eurocêntrica e ocidental.

Dessa forma, na base da epistemologia que rege a produção do conhecimento histórico, além do historicismo, ainda pulsa uma visão forjada, sobretudo, a partir da “objetificação” do outro e suas cosmovisões. Ou seja, uma visão etnocêntrica (e etnográfica) na qual o outro figura como objeto-medida para reafirmar a preponderância do “Eu” (sujeito cartesiano) como voz da Razão. O outro não é visto como positividade, ou agência, mas apenas algo que existe na medida em que um “olho” civilizado o compreende como outro sem relação a si e sua cultura, nunca em relação ao que o outro tem a dizer. Essas características se tornaram “próprias da disciplina” e acabam por promover uma tensão em relação a outros sujeitos e outras formas de

⁹ Frase inspirada no texto “Por um território (Novo) Existencial e Físico”, escrito por Beatriz Nascimento, em manuscrito e sem data, a frase original seria: “A História é como o campo e território dos vencedores” (NASCIMENTO, 2018, p. 414).

conceber o tempo e o mundo, segundo Schiffman (2011), mesmo a ideia de tempo cindido entre passado, presente e futuro, não é concebida de modo natural, o tempo percebido dessa forma é na verdade uma construção intelectual e por consequência este não se apresenta da mesma forma a todos.

Para Chakrabarty (2007), a Europa “hiper-real”¹⁰ constitui-se como um referencial silencioso para a produção do conhecimento histórico nas demais partes do mundo, estabelecendo, com isso, certas implicações em relação a escrita de histórias não ocidentais e terceiro-mundistas. Essas implicações, ainda segundo o autor, são marcadas pela subordinação epistêmica conferida às histórias produzidas nos espaços extra europeu, para ele há um pacto unilateral, ainda que não dito, no qual as (os) historiadoras (es) do terceiro mundo sentem a obrigação de ter entre o seu referencial teórico produções europeias.

Ainda segundo Chakrabarty (2007), por mais que os países do terceiro mundo procurem escrever suas próprias histórias, estas em sua maioria serão marcadas por categorias e produções teóricas externas a eles, o que de fato não é um problema, mas suas histórias provavelmente incorrerão na ideia de transição e carência, pois têm no reflexo do seu espelho a Europa. Essa produção epistemológica vinda da Europa serve a nós como um corpo celeste irradiador de luz, o qual acaba por produzir e forjar a base do conhecimento teórico dos países subalternizados. A Europa, mesmo em histórias produzidas num espaço extra europeu continua sendo, nas palavras de Chakrabarty, o sujeito de todas as histórias.

Com isso, as epistemologias universalizantes, mesmo com evidências incontestáveis da heterogeneidade do mundo, coloca todos no mesmo “balaio de gatos”. Ela presunçosamente fala sobre si acreditando em falar por/sobre todos. É importante destacar que não pretendo desqualificar e/ou negar a potencialidade das produções de conhecimentos realizadas no continente europeu, contudo se faz necessário questionar sua aplicabilidade a tudo e a todos.

Os espaços acadêmicos no Brasil partilham das experiências descritas acima pois, segundo Barbosa Pereira (2018, p. 91), temos por hábito e por certa subordinação epistêmica citar determinados e poucos autores, não por conhecerem as especificidades brasileiras, mas os citamos visto a legitimidade conferida a eles pelas universidades euro americanas, nas palavras da autora, isso se dá pois “somos formados a receber instruções dessas instituições” (BARBOSA PEREIRA, 2018, p. 91). Esse privilégio epistêmico conferido a Europa, pode ser explicado a partir de diferentes teorias e conceitos elaborados sobre o assunto, como o conceito

¹⁰ Nas palavras do autor o termo hiper-real atribuído a Europa “se refere a certas figuras da imaginação cujos referentes geográficos permanecem mais ou menos indeterminados.” (CHAKRABARTY, 2001, p. 1).

de imperialismo intelectual, dependência acadêmica, genocídios/epistemicídios, dentre outros. Todos preocupados com a soberania gozada pela Europa nos espaços de produção de conhecimento.

Os mecanismos de classificação e hierarquização, próprios da disciplina e das suas estruturas de legitimação, acabam por promover a anulação e o escamoteamento da produção de conhecimento e práticas que não são partilhadas com sua base fundante, ou seja, em sua tradição historiográfica moderna ocidental. A escrita da história e a constituição da sua metodologia e teoria apresentam-se como “deslocadas” da sociedade a qual, inevitavelmente, rege sua formação e prática como disciplina. Tanto a história enquanto disciplina como o trabalho intelectual e acadêmico segue a mesma lógica formativa da sociedade a qual está inserida, eles assumem um caráter excludente, homogeneizante, racista e racializado, sexista, hierarquizado e por consequência possui uma geopolítica específica de legitimidade e produção do conhecimento, o que acaba por interferir diretamente em seu método, nas escolhas dos objetos e dos sujeitos, e no modo de forjar as representações, narrativas e interpretações sobre o passado e sobre o tempo.

Barbosa Pereira (2018, p. 95), em diálogo com Raewyn Connell, apresenta o processo de produção de conhecimento a partir da ideia de trabalho intelectual. Ou seja, a produção do conhecimento deve ser compreendida como todo e qualquer trabalho humano, e como tal, as relações de poder estabelecidas na/pela sociedade inevitavelmente mostram-se presentes no interior de sua produção e legitimação. Contudo, a prática epistêmica mesmo compreendida a partir da ideia de trabalho, tem em si a possibilidade, ainda que pretensiosa, de inculcação de verdade, configurando-se num mecanismo essencial de manutenção de privilégios e, portanto, um objeto de disputas, desse modo, há na constituição e prática do trabalho intelectual, para além de sua formulação, o direito de acesso a ele.

Por conseguinte, repensar os cânones da disciplina e sua própria estruturação enquanto ciência nos possibilita forjar uma teoria da história e uma historiografia com diferentes sujeitos que agem no/e sobre o mundo das mais diversas formas a partir das mais distintas cosmovisões. Para hooks (2013), a teoria por si só não é libertadora, é necessário exigirmos que ela assim seja. Desnaturalizar essa não-presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento e trazer à tona suas produções intelectuais/acadêmicas e ainda suas experiências enquanto sujeitos ativos da história é urgente para a transformação desse cenário e para uma democratização efetiva das universidades e do conhecimento. Trata-se de não apenas evidenciar o racismo, mas de um combate às linhas estruturais dos epistemicídios inerentes aos discursos universalistas, porém eurocêtricos dominantes na produção de conhecimento.

II. Quilombo:

É no momento em que o negro se agrega, e justamente quando ele veio para o Brasil e se desagregou, quer dizer, todo o motor do colonialismo fez a desagregação dele como homem, como cultura, como sociedade, no momento que ele se aglutina ele sempre está repetindo, vamos dizer assim, a essência do que teria sido o quilombo. (NASCIMENTO, 2018 [1977], p. 126)

Assim, pensar a produção acadêmica e intelectual de Beatriz Nascimento nos possibilita compreender as insuficiências metodológicas e estruturais do próprio fazer historiográfico. A autora procurou evidenciar, ainda na década de setenta, em linhas gerais, que a história do negro brasileiro, produzida nas academias, acabou por assumir um modo fragmentário e estereotipado. Em suas produções acerca dos quilombos, Beatriz subverte os lócus de enunciação da História do Negro no Brasil, a autora assume metodologicamente o estudo do negro brasileiro em detrimento dos estudos dos descendentes de escravos. Possibilitando com isso, outras formas de pensar o negro na sociedade, assim como a própria realidade histórica brasileira.

Todavia, Beatriz não estava sozinha neste movimento crítico em relação a produção do conhecimento brasileiro e, em especial, a historiografia brasileira, de acordo com Trapp (2019, p. 61), este foi um movimento iniciado na década de 1970, apesar de tais críticas terem sido gestadas ainda na década de 1950 através dos estudos produzidos pelo sociólogo Guerreiro Ramos. Ainda de acordo Trapp (2019, p. 62), “Um discurso de subjetividade racial, nos termos de Guerreiro Ramos, seria retomado nos anos 1970 em diversos lugares do Brasil, sobretudo através da mobilização política, cultural, educativa e intelectual de grupos de universitários negros”, dessa forma, segundo o autor, tal mobilização acabou por fomentar o surgimento de diversos núcleos e grupos de pesquisas no interior das universidades brasileiras.

Segundo Pereira (2010, p. 174), para alguns autores como Joel Rufino dos Santos, através do momento causado pelo chamado “milagre econômico”, de maneira contraditória, há um relativo aumento do número de estudantes negros (os) nas universidades em consequência ao crescente número de instituições de ensino privado no país, tal momento acabou por possibilitar não apenas a entrada da população negra em tal espaço, mas também a inserção das demandas e reivindicações do movimento negro no interior das universidades.

Houve, para começar, o *boom* do ensino universitário privado, responsável por um grande número, proporcional, de negros graduados. Disputando lugares com graduados brancos - ou claros, na peculiar nomenclatura brasileira - em igualdades de condições, esses diplomados negros foram geralmente preteridos, ou remunerados em média 30% abaixo. Por outro lado, não se confirmou a geral expectativa de que a

internacionalização e o acelerado crescimento da economia brasileira anulassem as desvantagens baseadas na cor - e antes, mesmo, pelo contrário, elas se acentuaram, ao compasso do novo ritmo e nos setores de ponta. (SANTOS, Joel Rufino. apud PEREIRA, 2010, p. 175)

Ainda de acordo com Pereira (2010, p.175), as reuniões de estudos, congressos, simpósios, dentre outros, assumiram neste contexto, uma estratégia de mobilização e aglutinação de pessoas, tais encontros procuravam sistematizar e discutir a condição da população negra no Brasil, Estados Unidos e em alguns países da África, para assim, fortalecer os movimentos que estavam a se constituir. Tais movimentações acabam por fomentar a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) em 1978, o MNU surgiu como um mecanismo de luta para população negra, como um movimento de e para a denúncia da discriminação racial e como uma forma organizada de combate ao racismo (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 49).

Beatriz Nascimento procurou intervir socialmente a partir de suas produções intelectuais, acadêmicas e ainda com sua militância política, práticas que talvez devam ser compreendidas de modo uníssono. A historiadora manteve entre suas produções e preocupações epistemológicas a situação da população negra no Brasil, as limitações da disciplina em narrar os passados afro-brasileiros, o racismo e o quilombo, “objeto” que dedicou a maior parte de seus estudos. Segundo Ratts (2006, p. 57), o trabalho acerca do quilombo empreendido por Beatriz era científico, mas trazia em si uma busca individual e coletiva. De acordo com Barreto (2018, p. 27), as produções intelectuais de Beatriz tinham como propósito pensar a História do Brasil sob uma perspectiva negra, dotando esses sujeitos de autonomia e subjetividade, as quais foram retiradas destes.

Caberia perguntar (retoricamente) às(aos) leitoras e leitores deste texto: quantas vezes a produção intelectual e acadêmica de Beatriz Nascimento lhe foi apresentada no seu curso? Apresentada como texto, como contribuição historiográfica, como uma possibilidade teórico-epistemológica? Quantas vezes em sala de aula sua professora (ou professor) falou sobre ela ou sobre seus conceitos? E, principalmente, quantas foram as vezes que te negaram a possibilidade de conhecê-la? São perguntas que mesmo sem a pretensão de respondê-las, as faço simplesmente por entendê-las, como diria Beatriz, enquanto “Uma possibilidade nos dias da destruição”, como uma forma de aquilombamento, de resistir e avançar na produção do conhecimento histórico. Mas, também, pois eu não me lembro quando ouvi pela primeira vez sobre Beatriz. Numa suposição quase dialética diria que a conheci através do documentário Orí — lançado no final da década de oitenta e dirigido por Raquel Gerber, no qual Beatriz produz o roteiro, o texto e a narração —, e diria também que não foram às aulas, palestras, congressos

ou simpósios do curso de história que me proporcionaram tal encontro. Orí é um dos trabalhos mais conhecidos e reconhecidos de Beatriz, sobretudo no interior do movimento negro, foi o ganhador do prêmio Paul Robeson no Festival Pan-Africano de Cinema de Ouagadougou no ano de sua estreia. Nesta produção Beatriz Nascimento delinea a partir das experimentações e demandas do Movimento Negro das décadas de setenta e oitenta, da cultura e história Africana e Afro-diaspórica e a forma individual, e ao mesmo tempo coletiva de experimentar o mundo sendo negra e mulher, a sua teoria, nas palavras de Aramis Millarch (1989, p.3), Orí é um filme-tese.

No lançamento do filme em Salvador, Beatriz o caracterizou como a recriação da identidade nacional através do Movimento Negro, o qual assume a fala, e por consequência assume agora o próprio processo de escrita da História do Brasil (NASCIMENTO, 2018 [1989], p. 342). E este é o seu empreendimento intelectual, reescrever a história do Brasil a luz do pensamento negro, foi a tentativa de sistematização e sobretudo de recriação da escrita da História acerca da população negra e por consequência da História do Brasil, as quais Beatriz defende ter sido forjada de modo fragmentado e insuficiente pela historiografia brasileira.

Contudo, Beatriz, assim como outras autoras (e autores) negras(os) de sua época, alguns também estudiosos da temática do quilombo; permaneceu e, em certa medida, ainda permanece na disciplina história, não esquecida ou apagada, mas jogada ao ostracismo acadêmico; invisibilizada. Ratts (2006, p.55), citando João Baptista Borges Pereira, fala sobre o incômodo da academia brasileira nas décadas de 1970 e 1980 em aceitar essa nova abordagem acerca do quilombo, levantada mormente por estudiosas(os) negras(os), com exceção ao quilombo de palmares, essa negação se dava pois seria um tema vindo “de fora” e maculado por “ideologias”. A produção acadêmica e intelectual de Beatriz Nascimento acerca do quilombo e sua continuidade histórica compreendeu tal fenômeno não como um processo simples de rebelião da população negra escravizada contra o sistema escravista, entendimento comum nas produções historiográficas de seu período. Nas palavras da autora, o quilombo “foi também uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado, e que se projeta após a abolição, no século XX” (NASCIMENTO, 2018, p. 98). Desse modo, Beatriz, com o objetivo de escrever uma história negra, altera o lócus de enunciação da historiografia hegemônica produzida sobre o quilombo, trazendo com isso, novas possibilidades e potencialidades de compreensão para tal fenômeno. O projeto de Beatriz partia de cinco hipóteses:

- 1) O que ficou conhecido na historiografia como quilombos são movimentos sociais arcaicos de reação ao sistema escravista, cuja particularidade foi a de iniciar

sistemas sociais variados, em bases comunitárias.

2) A variedade dos sistemas sociais englobados no conceito único de quilombo se deu em função das diferenças institucionais entre esses sistemas

3) O maior ou menor êxito na organização dos sistemas conhecidos como quilombos deu-se em função do fortalecimento do sistema social dominante e sua evolução através do tempo.

4) As áreas territoriais onde se localizaram “quilombos” no passado supõe (sic) uma continuidade física e espacial, preservando e/ou atraindo populações negras no século XX.

5) Certas instituições características de movimentos sociais arcaicos são encontradas nestes territórios acima citados, fazendo supor uma linha de continuidade entre sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas, assim como nas áreas de economia rural decadente com incidência de população negra e segmentos populacionais de baixo poder aquisitivo pertencentes a outras etnias. (NASCIMENTO, Beatriz. apud RATTIS, 2006, p. 557)

A contribuição acadêmica de Beatriz Nascimento apontava para a necessidade de uma revisão historiográfica acerca da agência da população negra no país, confinada sobretudo nos séculos passados numa condição de escravidão. A autora questionava a ideia de um tempo cindido entre passado, presente e futuro, e estático evidenciando a continuidade histórica presente nos quilombos que estudava, e ainda a insuficiência presente nas produções acerca de tal tema, visto o desconhecimento da disciplina de práticas e organizações trazidas de África para cá junto aos povos que foram escravizados.

Segundo Beatriz (2018 [1974], p. 42), a abordagem feita acerca da população negra pela historiografia brasileira assumia um caráter fragmentário de produção de conhecimento, partindo de uma perspectiva ora etnográfica, religiosa ora socioeconômica, contudo, segundo a autora, tais fragmentações pretendiam a constatação não apenas de aspectos socioeconômicos, mas também raciais. Para ela, para além dos aspectos políticos e econômicos para a compreensão e escrita da História do Brasil, era necessário sobretudo, a inserção de uma perspectiva existencial da população negra na historiografia (BARRETO, 2018, p. 34).

Então, justamente quando eu me apoio na historiografia, na tentativa de uma crítica da historiografia, do que se estabeleceu ser História do Brasil, é justamente por isso, porque para nós não significa, a questão econômica não é o grande drama, apesar de ser um grande drama, o grande drama é justamente o reconhecimento da pessoa, do homem negro que nunca foi reconhecido no Brasil.(NASCIMENTO, 2018[1977], p.136)

As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte de nossa intelectualidade, nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob escravismo. A representação que se faz de nós em literatura, por exemplo, é a do criado do doméstico, ou, em relação à mulher, a de concubina do período colonial. O aspecto mais importante do desleixo dos estudiosos é que nunca houve tentativas sérias de nos estudar como raça. (NASCIMENTO, 2018[1974], p. 45)

Para a Beatriz, o campo historiográfico, ou ainda, o estudo da formação histórico-social do Brasil foi forjado a partir de um processo de importação de conceitos e estruturas tipicamente

européias da produção do conhecimento histórico, as quais acabaram por limitar as possibilidades de compreensão da História brasileira e que por consequência mostram-se insuficiente para tal empreendimento acabando por construir narrativas estereotipadas acerca da história da população negra e africana. Dessa forma, Beatriz não empreendeu apenas um estudo acerca da questão racial no Brasil, a autora empreendeu sobretudo, a construção de uma História do Brasil racializada, de e para a população negra, alterando seus tempos e conceitos.

Referências bibliográficas

Assassino de historiadora pega 17 anos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 1996. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/20/cotidiano/29.html>> acessado em 31 jan 2020.

BARBOSA PEREIRA, Ana Carolina. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, vol. 10, nº 24, p. 88-114, 2018. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180310242018088/8521>> acessado em: 25 set 2019.

BARRETO, Raquel. Introdução. In. NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento: Quilombola e Intelectual*. São Paulo, 2018.

BENTO, Maria. Racialidade e produção de conhecimento. In SEYFERTH, Giralda; et al. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.

CARNEIRO, Aparecida. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, nº 68, p. 88-103, 2005-2006.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

CNPq, AEI, microdados, elaboração própria. *Parte II - As negras e os negros nas bolsas de formação e de pesquisa do CNPq*. 2015. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/66f3ea48-f292-4165-bf7b-8d630bdc8f9f>> Acessado em 01 ago 2019

COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 1, p. 99-127, 2016.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. São Paulo: Marco Zero, 1982.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. Intelectuais Negras. *Revista Estudos feministas*, vol. 3, nº 2/95, p 464-476, 1995.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acessado em 01 ago 2019.

IPEA. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.]. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf> Acessado em 19 set 2019.

Kant, I. *Lectures on Anthropology*. Cambridge: University Press, 2013.

MILLARCH, Aramis. "Ori", um filme-tese sobre a cultura negra. Estado do Paraná, Almanaque. p. 3, 1989. Disponível em: <<https://www.millarch.org/artigo/ori-um-filme-tese-sobre-cultura-negra>> acessado em 30 jan 2020.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. *GI*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>> acessado em 24 set 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

PEREIRA, Amilcar. “O Mundo Negro” a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>> acessado em 18 set 2019.

SANTOS, Gisele C. dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. *Gênero*, vol. 16 nº 2, p. 7-32, 2016.

SCHIFFMAN, Zachary S. Introduction The Past Redefined. In. *The Birth of the Past*. Johns Hopkins University Press, 2011.

SETH, Sanjay. “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?”. *História da Historiografia*, vol. 6, nº 11. p. 173-189, 2013. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554/352>> acessado em 24 out 2019.

TRAPP, Rafael P. História, raça e sociedade. *Revista de Teoria da História - Journal of Theory of History*, vol. 22, nº 2, p. 52-78, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/59414/34153>> acessado em 02 fev 2020.

VINHAS, Wagner. *Palavras sobre uma historiadora transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

VINHAS, Wagner. Revisitando Maria Beatriz Nascimento: a continuidade histórica entre os sistemas sociais negros do passado e os assentamentos em favelas urbanas e comunidades rurais da atualidade. *Revista da ABPN*, vol. 10, nº 25, p. 271-293, 2018. Disponível em:

<<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/616/544>>
acessado em 03 fev 2020.